

A FAVELA DO BATAN E O PROJETO DAS UPPS: A AVALIAÇÃO DOS MORADORES SOBRE A SUA EXPERIÊNCIA COM A OCUPAÇÃO POLICIAL PERMANENTE

Ariley Pinto Rainho DIAS¹

RESUMO: A favela do Batan, localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, foi um dos primeiros territórios a receber a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) – um projeto que visa a ocupação policial permanente em áreas consideradas perigosas na cidade e oferece em contrapartida novos bens e serviços públicos às populações das áreas ocupadas. Este artigo resulta de uma pesquisa etnográfica iniciada em 2014 e encerrada em meados de 2016. Proponho analisar a avaliação dos moradores sobre os impactos desta política pública na sua vida cotidiana e os seus efeitos na sua percepção sobre o futuro do local. Os dados mostram a decepção dos moradores não só em relação ao projeto, mas também em razão à incapacidade do Estado em resolver os seus problemas. Os moradores passam a acreditar na incapacidade dos projetos sociais em transformar aqueles considerados “irrecuperáveis”.

PALAVRAS-CHAVES: Favela. Rio de Janeiro. Policiamento comunitário. Violência urbana.

Introdução

A favela do Batan fica localizada no bairro de Realengo, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro – uma das regiões mais pobres do município².

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. ariley_dias@yahoo.com.br

² De acordo com o Instituto Pereira Passos (IPP), o bairro de Realengo possui Índice de Desenvolvimento Social (IDS) na faixa de 0,58, número inferior ao total do município (0,61). O Índice IDS difere do Índice de

Em maio de 2008, o local chama atenção da discussão pública sobre a violência urbana quando milicianos³ torturam jornalistas que realizavam uma reportagem investigativa sobre a atuação do grupo local⁴. Devido ao fato, o Batan passa a integrar o programa “Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)” no início de 2009. A iniciativa propõe o policiamento permanente em áreas consideradas perigosas na cidade – as favelas – e, como contrapartida, o Estado passa a oferecer novos bens e serviços a fim de diminuir as taxas de crime no Rio de Janeiro.

A concentração espacial em áreas de importância logística para a realização de megaeventos em anos posteriores, que se tornaram conhecidas como “cinturão olímpico”, é alvo de desconfiança por privilegiar os espaços de maior interesse ao mercado imobiliário em detrimento de outras áreas e de que as UPPs perderão força com o fim das Olimpíadas de 2016 (BURGOS et al., 2012). O Batan nem fica próximo dos locais onde ocorreram os megaeventos e nem de lugares com alto interesse comercial. Devido a sua proximidade com a Avenida Brasil, via expressa que liga a Zona Oeste ao centro da cidade, a região se caracteriza como sendo “de passagem”. A região é constituída, em grande parte, de residências de poucos andares, muitas em estágio de construção, pequenos comércios e motéis, típicos de autoestrada, além de outras favelas. Uma delas, a do Fumacê, passa a integrar a UPP Batan em 2012 quando os traficantes locais, diferente da favela vizinha o local nunca esteve sob o controle de milicianos, perdem o controle do território. Isso mostra que a área de atuação da UPP Batan vai além das fronteiras da área considerada pelas classificações locais como parte do Batan. Os moradores têm a percepção de que a favela não possui grande relevância ao projeto, pois ela só teria integrado o projeto pela repercussão do caso de tortura ter coincido com a emergência das UPPs⁵. Apesar disso, havia grandes expec-

Desenvolvimento Humano (IDH) por calcular o nível de saneamento e conforto ao invés da renda populacional, mas a interpretação do número é semelhante – as condições de vida são melhores quando o resultado se aproxima de 1.

³ Grupos formados por agentes do Estado, especialmente policiais, em posições de comando. Eles impõem a cobrança de taxas em troca de segurança por meio de um discurso de oposição ao domínio de narcotraficantes, além da imposição de monopólio sobre alguns serviços (ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007; CANO; DUARTE, 2012). O Batan foi comandado por um período de aproximadamente um ano pelo Grupo Águia, uma filial da Liga da Justiça – o maior grupo miliciano do Estado.

⁴ O episódio ocorreu quando a milícia local descobriu que jornalistas disfarçados de moradores estavam fazendo uma reportagem sobre a atuação do grupo no local. Após horas de tortura, os repórteres foram libertados com vida na Avenida Brasil (MÉNARD, 2008).

⁵ O território foi o terceiro a receber uma unidade.

tativas por mudanças, pois raramente o Batan recebeu uma política pública de tal importância.

Este artigo se baseia em uma pesquisa etnográfica realizada entre 2014 e 2016 por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante. O objetivo principal é verificar a avaliação dos entrevistados sobre o futuro da favela com a experiência de policiamento permanente. Baseio-me na ideia de Dewey (1938) de que os atores possuem a capacidade de estabelecer um conhecimento coletivo a partir da sua própria experiência de vida. Para acessar esse quadro, as entrevistas se dividem com perguntas de acordo com a temporalidade dos fatos. Elas iniciam com questões referentes a fatos passados, depois sobre o momento atual⁶ com a UPP e os efeitos da nova configuração situacional sobre algo que o entrevistado considera problemático e, por fim, as perguntas finais são direcionadas aos planos dos atores em relação ao futuro imaginado por eles.

A história de vida não é apenas um método para acessar um quadro geral, ela serve também como uma ferramenta importante para conhecer uma realidade ainda não familiar para o pesquisador (BERTAUX, 1997). Por isso, optei por entrevistas semiestruturadas, por poder direcionar a certas questões ao mesmo tempo que deixo oportunidade para as pessoas apresentarem outras que possam ter relevância ao trabalho. Considero os entrevistados como indivíduos dotados de agência competente (SCHÜTZ, 1943; GREIMAS, 1966; GARFINKEL, 1967) – entes dotados da capacidade de produzir efeitos em uma situação. Por isso, a análise se concentra no direcionamento das ações individuais dentro de um quadro situacional por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas dentro do Batan. Glaser e Strauss (1967) concebem que a compreensão de um fenômeno abstrato depende da compilação sistemática dos dados obtidos em campo, ou seja, a teoria sofre modificações constantes durante a pesquisa. A observação participante, outra ferramenta etnográfica, permitiu a reelaboração dos questionários por meio da percepção mais densa do contexto onde o entrevistado está inserido (AGAR, 1996). Vários moradores foram entrevistados mais de uma vez conforme o andamento da pesquisa. Ao ir às reuniões comunitárias, encontros mensais de prestação de contas entre o comando policial e os moradores, pude perceber que apenas os que moram no centro do Batan⁷ participam. Isso revela a relação entre localização interna e a relação estabelecida com a polícia. Então,

⁶ De acordo com o período da realização da entrevista.

⁷ Denomino essa região de central em razão da maior oferta de serviços oferecidos e pela sua centralidade na origem da favela conforme o relato dos moradores.

elaborei questões referentes a forma dos entrevistados classificarem a favela e estabeleci um critério na forma de escolhê-los.

Ao invés de obter uma amostra de todas as regiões do Batan, devido ao tempo de pesquisa, me concentrei em duas. A primeira se localiza na área central considerada a ocupação mais antiga, segundo os moradores teria ocorrido nos anos 1940, onde as pessoas estabelecem uma proximidade maior dos agentes estatais. A segunda é a região do Morrinho, a área mais elevada dentro de um espaço predominantemente plano, tida como a mais perigosa e com os habitantes classificados como os mais pobres do Batan. A rede de entrevistados foi construída a partir de indicações dos próprios entrevistados. Apesar da alta chance de vies por causa da dependência dos dados às redes construídas pelos entrevistados, o método é útil porque muitos possuem uma história em comum já que muitos moram na região praticamente toda a sua vida⁸. A indicação dos entrevistados também auxilia para o estabelecimento de um laço de empatia, condição fundamental na análise da vida cotidiana (HOLLAN; THROOP, 2011), em um ambiente de forte desconfiança⁹. A possibilidade de riscos e perigos possui um papel fundamental na efetivação da vida cotidiana na favela (MACHADO DA SILVA, 2004; CAVALCANTI, 2008), por isso os entrevistados possuem bastante receio de falar sobre certos assuntos. De modo a preservar a identidade dos entrevistados, todos os nomes citados aqui são fictícios, exceto os que pelo cargo que ocupam torna impossível esconder a sua identificação. Como o objetivo do artigo é observar a diferença entre o período anterior e o posterior à integração da favela ao projeto das UPPs, nenhum dos entrevistados faz parte da migração de novos habitantes em busca de segurança com o policiamento permanente¹⁰.

O final dela foi determinado com a observação de uma saturação dos dados com a não ocorrência de novos dados significativos baseado na concepção de “*grounded theory*” proposta por Glaser e Strauss (1967). O momento foi o período de agravamento da crise econômica sofrido no Estado do Rio de Janeiro

⁸ Segundo Guest, MacQueen e Namey (2012), o método de snowball, a escolha da análise baseado nas redes estabelecidas pelos entrevistados, é indicada para os casos de uma população diferenciada e socialmente conectada. Uma situação semelhante ao Batan que possui uma localidade bem estabelecida e com uma identidade diferenciada em relação às áreas externas – tanto as outras favelas quanto as que não são consideradas faveladas.

⁹ Segundo a minha experiência em campo, a indicação de alguém conhecido parece gerar um conforto maior do entrevistado em relação ao propósito da pesquisa. Por exemplo, Marcos, um dos entrevistados, me relatou que a indicação de Dona Maria foi fundamental para a concessão da entrevista devido ao seu medo de que a polícia descobrisse alguns dos fatos revelados por ele.

¹⁰ A experiência do Batan com a UPP é considerada positiva pela ausência de conflitos armados. A fama de UPP bem-sucedida atraiu novos moradores ao local.

e a estagnação do projeto das UPPs. O descontentamento dos moradores em relação ao projeto e o retorno de atividades ostensivas de grupos armados ilegais no território não resultaram até o momento da escrita deste artigo em um conflito armado diferente de outras favelas com UPP.

Uma nova forma de combate ao crime nas favelas: a UPP no Batan

O projeto das UPPs apresenta a concepção de que os riscos aparecem devido à ruptura com a lei. Portanto, segundo essa perspectiva, a falta de dispositivos legais dentro destes territórios acarreta na emergência de conflitos armados. De forma semelhante ao ocorrido em outras favelas, os moradores não foram avisados sobre o ingresso do Batan no programa das UPPs, uma experiência vivenciada de modo indeterminado pela conformação do projeto a partir da experiência prática (CANO; BORGES; RIBEIRO, 2012). Em um período de aproximadamente seis meses, Wolney, policial e também morador do local, passa a comandar um Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO)¹¹ logo após a retirada do comando miliciano. No mesmo período, o morador policial se torna presidente da associação de moradores, cargo ocupado durante quatro anos após ser retirado do cargo por um movimento de moradores descontentes, sem qualquer consulta popular. Wolney, conhecido como “xerife da paz”, recebeu denúncias pelo seu comportamento agressivo e de obter vantagens pessoais ao gerenciar os novos serviços públicos oferecidos (AMADO, 2011). Apesar das reclamações sobre a falta de uma participação maior do comando da UPP na questão, alguns entrevistados afirmam que o projeto possibilitou uma resolução menos conflituosa do que em períodos anteriores à sua implantação. João Paulo, um dos moradores a favor da renúncia de Wolney, afirma que nunca tinha visto canais de prestação de contas como no momento posterior à UPP. Apesar da participação na militância no movimento negro em outras favelas, ele tinha medo de participar politicamente no Batan devido ao medo da vigilância de grupos armados. O entrevistado foi o responsável pela criação da comissão de moradores “Crescendo Juntos – Jardim Batan” em prol da organização de eleições para a presidência da associação de moradores.

O arrefecimento dos confrontos armados parece ser um dos principais motivos para as pessoas exporem de forma mais livre a sua opinião. Alguns

¹¹ Base de apoio da Polícia Militar em localidades periféricas. Uma tentativa de aproximar a polícia da população, porém sem a participação de outras instituições estatais como a UPP.

trabalhos apontam que as UPPs resultaram, em seu período de maior êxito, no fim da presença de tiroteios na vida cotidiana ao mesmo tempo que os moradores se sentem mais vigiados por causa do aparato de vigilância com várias câmeras espalhadas pela favela (MESQUITA, 2014; MENEZES, 2015). Porém, o relato dos entrevistados mostra que essa experiência ocorreu antes da chegada da UPP. O último grande tiroteio teria sido no momento que os milicianos expulsaram os traficantes locais aproximadamente um ano antes do caso de tortura envolvendo os jornalistas. O grupo impunha o cumprimento de regras baseado em uma rede de moradores informantes que seria pior do que a dos policiais da UPP. O fato de o Batan ter sido a única favela incorporada ao projeto com um comando anterior estabelecido por milicianos pode explicar as poucas críticas em relação ao sistema de câmeras diferente de outros locais. Apesar da vigilância, parece que houve um controle menor sobre as ações dos moradores. Alguns moradores apresentam uma fala crítica a uma vigilância menor em relação ao período anterior. Luzia, dona de um bar no Morrinho, afirma que as pessoas respeitavam mais as regras no período anterior à chegada da UPP. Ela se mostrou descontente quando precisara do auxílio da polícia em um caso de roubo ao seu estabelecimento:

Aqui [no Morrinho] não mudou muita coisa. O pessoal aqui do morro continua cheirando seu pó. O meu bar já foi assaltado com UPP aqui dentro. Eles vieram aqui e fizeram a ocorrência. Mas é aquilo: eles não resolvem nada, nunca pegam ninguém. Eles falam que não podem resolver muita coisa, pois não houve flagrante e muitos são “de menor”. Tem um pessoal lá de cima que correram atrás e pegaram os caras que fizeram a safadeza. Eles descobriram as coisas roubadas em um barraco lá em cima e me devolveram. (Trecho da entrevista de Luzia).

O relato acima exemplifica a descrença na eficiência nos instrumentos legais em resolver os problemas cotidianos. As críticas se direcionam especialmente na morosidade das resoluções judiciais. Uma das mais recorrentes é a questão da necessidade de um flagrante para que os policiais possam intervir diretamente. Se antes os moradores recorriam ao grupo que comandava o território, com a presença da UPP há a necessidade de se deslocar até uma delegacia mais próxima. Muitos desistem de usar a nova opção e buscam outras soluções como o caso da entrevistada acima. O policiamento permanente possibilitou que o saber técnico dos agentes policiais seja questionado. Além da relação com a polícia continuar distante, a capacidade do ator estatal em manter a ordem

passa a ser cada vez mais questionada conforme o projeto entra em um período de estagnação.

As críticas também aparecem na fala dos policiais, pois muitos parecem não acreditar na resolução do crime por meio dos instrumentos legais. Uma atitude recorrente é a exigência do reconhecimento dos moradores em uma determinada categoria, a de não-bandidos, para escapar de situações constrangedoras. Uma moradora do Batanzinho, favela próxima e comandada por um grupo de traficantes da mesma facção que estava no Batan no passado, e que trabalha em um bar no Batan relata que os mesmos policiais da unidade desrespeitam os habitantes do lugar onde mora. Ela tem receio de ser reconhecida por olheiros do tráfico se for vista conversando com um policial. Dona Maria, uma antiga moradora no Batan, conta uma história de agressão contra o seu filho durante uma vista policial:

Um dia, o meu filho levou a namorada para a casa dela de moto. Já era de madrugada, mas ela não gostava de deixar a mãe sozinha em casa porque [a mãe] tem síndrome do pânico. Ela mora com a mãe lá no Bahia [uma localidade interna no Batan]. Já era meia noite e pouca. Meu filho se levantou e falou para mim que ia leva-la rapidinho. (...) Depois que ele deixou a namorada em casa, um carro da UPP parou a moto dele e perguntou aonde ele morava. Ele falou: “Moro na Rua Vicente Mariano”. Os policiais perguntaram: “Que rua é essa?” Ele falou: “A Rua do Bira”. [Os policiais responderam:] “Mas eu não te conheço”. Meu filho falou: “Precisa conhecer?” E eles já se irritaram, desceram no carro e foram em cima dele, agredindo ele. Ele falou: “Vou te mostrar a minha identidade”. Mas eles não pararam. Aí ele falou: “Olha lá, tem testemunha”. Eles olharam [para ver se alguém observava a cena] e ele meteu o pé. (Trecho da entrevista de Dona Maria).

As duas críticas estão fortemente atreladas a um grande conflito interno das favelas. Zaluar (1985) aponta para a presença de duas representações antagônicas: o trabalhador, aquele que consegue garantir o sustento da sua família fora do crime apesar da precariedade do trabalho disponível para o pobre urbano, e o bandido, a pessoa que almeja um ganho financeiro por meios ilegítimos mesmo que de forma violenta¹². Os relatos dos entrevistados apresentam tentativas de

¹² É importante ressaltar que bandido não possui o mesmo significado que criminoso dentro deste quadro dicotômico, ou seja, a prática de um ato ilegal por si só não categoriza alguém como bandido. A autora identifica a presença de uma “ética do provedor”, dessa forma, o trabalhador busca o bem-estar de uma coletividade, como

distanciar a sua imagem com a dos bandidos, de forma semelhante ao relato da autora na etnografia da Cidade de Deus nos anos 1980. Porém, as fronteiras entre as duas categorias se tornam cada vez mais maleáveis. Por exemplo, alguns jovens moradores apesar de se identificarem como trabalhadores já passaram pela experiência do encarceramento. Isso mostra a alta possibilidade dos mais pobres de serem classificados como bandidos (TELLES, 2009; HIRATA, 2010; FELTRAN, 2014). A falta de confiança entre a polícia e o morador pode se relacionar com a alta possibilidade de o segundo ter as suas ações classificadas como ilegais.

Ao invés da presença permanente policial conseguir estabelecer uma relação de confiança, os atores estatais permanecem distantes da população. Alguns informantes se queixam do fato de não ter poder decisório nas políticas implementadas, algo que confirma a ideia de que o Estado por meio da polícia tenta tutelar os habitantes das favelas ocupadas (OLIVEIRA, 2014). Um jovem entrevistado critica a população do Batan por não criticar mais abertamente os policiais ao contrário dos moradores do Fumacê, por isso, de acordo com a sua opinião, os policiais respeitariam mais a favela vizinha. Com o passar do tempo, os moradores percebem uma diminuição nos casos de humilhação pública quando o policial reconhece as pessoas que moram na favela.

A incorporação de um determinado território pela UPP apresenta resultados inesperados além da incorporação de populações que se percebem como integrantes de localidades diferentes, mas de pessoas que não se identificam como faveladas até a chegada da UPP. Uma localidade conhecida como Bahia está situada no ponto mais ao sul da área incorporada pelo programa, entre ponto central do Batan e o Posto 200. Um espaço ocupado basicamente por casas muradas

a família, mesmo que recorra a meios ilegais. Os moradores percebem certas semelhanças com os bandidos, pois eles também nasceram na mesma localidade e possuem a “revolta” em relação às condições precárias na vida de um favelado. Porém, o bandido almeja o benefício próprio por meio do que Zaluar denomina de “máquina” – ferromentas, como as armas de fogo, que garantem o poder coercitivo sobre os outros moradores. Ela exemplifica a diferença entre as duas categorias com os relatos de roubos a supermercados. Os entrevistados legitimam a ação por não prejudicar alguém pobre e sim um ente despersonalizado. Porém, diferentemente dos bandidos que auxiliavam as ações, os trabalhadores participavam a fim de prover os bens necessários para o sustento de sua família. De acordo com Zaluar (1985, p.162): “[...] a participação dos bandidos nos saques ao lado dos trabalhadores não foi de mim escondida, embora os trabalhadores não desconhecem que tinham objetivos e motivos diferentes. Muitos daqueles apenas aproveitavam a ocasião para roubar objetos caros, deixando a comida para os que reclamavam por ela.” O modelo apresentado por Zaluar apresenta uma perspectiva essencialista que consegue estabelecer a dicotomia entre as duas categorias apesar da ambiguidade existente entre elas. A imagem positiva de certos traficantes locais não se deve ao apoio de determinadas situações, mas a uma ideia sobre a subjetividade do sujeito. Todavia, “[...] todos concordam que o que atrai nesta opção é a fama, poder e o dinheiro fácil que ela traz.” (ZALUAR, 1985, p.166) e não a melhoria da localidade como um todo.

com poucos andares em grandes lotes e uma loja que funciona como bar e venda de itens de primeira necessidade de propriedade da família Bahia, nome que origina a denominação do local, um contraste com o abundante comércio e oferta de serviços públicos na área central ou até mesmo com a alta presença de bares no Morrinho. De acordo com João Paulo, os moradores do Bahia só passaram a se identificar como favelados após a chegada da UPP:

Antes do processo de pacificação [termo utilizado para identificar a incorporação de uma favela no projeto das UPPs], a área conhecida como Batan era muito mais restrita. Alguns, por exemplo, falavam que o Batan vai até a Rua Lino de Moraes [é considerada o ponto que demarca o final das áreas centrais do Batan e o início da localidade conhecida como Bahia], onde tem o asilo dos idosos. Os moradores que moram na minha rua, que seria a região limítrofe, a consideram como parte do Batan antigo. Já os moradores da Lino de Moraes [rua onde fica a área chamada de Bahia] não se consideravam moradores do Batan. É uma questão de pertencimento. Quando houve o processo de pacificação, essa área foi ampliada até comunidades que possuem outros nomes, como Cristalina e Posto 200. Agora, vai até o Condomínio dos Ipês. O Estado passou a identificar essa região assim. Não consideravam comunidades¹³. Até porque não havia favela ali. [Os moradores] não se consideravam como favelados e nem como parte do Batan, não queriam ser identificados como pertencentes a uma área conhecida pela cidade como “de risco”. O próprio Batan é um loteamento com áreas desordenadas dentro dele. Antes, a favela era vizinha da gente. Houve até uma migração da associação de moradores: antes, era filiada à Famerj e depois vai para a Faferj. [...] Os serviços públicos estão concentrados nas áreas que considerávamos Batan, acho que por ser uma área de grande vulnerabilidade. Porque lá tinha o tráfico de drogas. Lá que a milícia ocupou após a retirada do tráfico. Ali que era onde o bicho pegava mesmo. O resto entrou na parada. O Estado os colocou. Passa a ser porque o Estado diz que tudo isso agora é Batan. Tanto que, no outro lado da Avenida Brasil, o Fumacê continua sendo chamado assim, enquanto o resto virou Batan. (Trecho da entrevista de João Paulo).

¹³ Frequentemente, moradores ou atores institucionais utilizam o termo *comunidade* para diferenciar os favelados dos grupos narcotraficantes que atuam ali, pois a palavra exaltaria aspectos positivos de seus habitantes. Segundo Birman (2008), o eufemismo não resulta no fim da associação dos favelados a aspectos negativos.

O trecho acima assemelha a percepção dos moradores do Bahia como favelados ao momento em que o comércio de drogas, antes restrito às vielas próximas das ruas principais, avança para a região central do Batan. Apesar da sua proximidade com o resto da favela, de acordo com os relatos, a localidade do Bahia era percebida como um espaço “tranquilo” por não ser ocupado por traficantes e nem por milicianos. A percepção dessas pessoas como faveladas não significa que a UPP gerou a migração de grupos locais, mas a previsão de que a área possa sofrer riscos futuros com a ocupação policial. Ao invés de desejar a sua coexistência, a presença da polícia, semelhante aos grupos armados ilegais, está associada a riscos potenciais. Um efeito que parece resultar da percepção da violência urbana como principal problema da cidade – um fenômeno chamado por Misse (1999) de “acumulação social da violência”.

De forma semelhante ao que ocorreu em outras favelas que integram o projeto, a experiência com o policiamento permanente passou por um período de grandes expectativas no início, apesar dos boatos recorrentes do seu fim após o término dos megaeventos, até o período de descrédito em relação a possíveis melhorias no futuro. Assim que cheguei a campo, os rumores se concentravam na possibilidade de atividades ostensivas de traficantes no Morrinho. A possibilidade se torna factível a partir do momento que pequenas bocas-de-fumo ressurgem nas vielas junto às ruas principais – um fato importante ainda mais se considerarmos a forte repressão sofrida ao uso de drogas na favela durante o período miliciano. Mas o ponto principal da mudança foi quando ocorreu o assassinato de um comerciante (ARAÚJO; ERNESTO, 2015), mesmo com a vítima denunciando publicamente que estava sofrendo ameaças de morte publicamente durante uma reunião na sede da UPP na véspera do seu falecimento. Após o fato, surgiram vários boatos sobre uma possível ligação do comerciante com o grupo miliciano¹⁴ e que logo depois ao fato pessoas integrantes da milícia teriam assassinado dois moradores conhecidos por serem usuários de drogas¹⁵. A descrição desses rumores não significa que os fatos sejam relatados de forma verdadeira. Eles têm relevância pelos seus efeitos nas ações dos atores tendo em vista o seu poder de fornecer uma interpretação coletiva sobre situações impre-

¹⁴ Apesar da experiência em outras favelas apontar a oposição entre comerciantes e milicianos em razão, principalmente, da cobrança de taxas (CANO; DUARTE, 2012), no Batan os moradores que possuem alguma atividade comercial são percebidos como parte do grupo de apoio à milícia em razão da percepção do grupo ser o mais efetivo no combate aos traficantes.

¹⁵ De forma semelhante, à associação de comerciantes à milícia, os usuários são tidos como um grupo de moradores que apoiam um retorno do tráfico.

vistas (SHIBUTANI, 1966). O risco de ocorrer um conflito armado no futuro, no momento da implementação do policiamento permanente, se baseava na permanência de moradores ligados aos dois grupos armados ilegais dentro da favela, mas sem agir de forma ostensiva¹⁶. No final desta pesquisa, em 2016, emerge a visualização de perigos factíveis de um conflito futuro com a UPP vista como um projeto fracassado. Até o momento de escrita deste artigo não houve grandes mudanças no cenário. O mesmo processo pode ser visto na função da polícia de mediar a relação entre Estado e a população local.

A polícia e o seu papel de mediador

A transformação do policial em um mediador entre a população e o poder público resulta na concepção de que, em contrapartida à ocupação do território, o Estado deve oferecer novos serviços a fim de resolver o problema do crime. Em outras palavras, o morador fica menos atraído pela vida no crime à medida que obtém o acesso aos bens oferecidos pelas instituições estatais. Uma perspectiva que reproduz a ideia de favela atrelada aos problemas da cidade (VALLADARES, 2005). A chegada da UPP com a militarização da vida cotidiana acarretou na perda de importância de outros mediadores, em especial os grupos associativos de moradores (ARAÚJO SILVA; CARVALHO, 2015). Antes, aqueles com importância na política interna do Batan levantavam as reivindicações por meio da sua rede de contatos externa. Com a UPP, eles precisam trazê-las para o comando da unidade. Pelo que pude observar em campo, apenas as lideranças ou moradores do centro da favela traziam questões para a polícia. No caso do Morrinho, vários entrevistados relataram que nunca entraram na sede da UPP.

Essa nova característica do policial que faz parte do projeto da UPP leva críticas, tanto de moradores quanto dos próprios policiais, em razão dos casos não poderem ser resolvidos de forma imediata, semelhante as críticas no combate ao crime descritas na sessão anterior. A mediação também resulta um outro efeito inesperado pelos planejadores do projeto. As UPPs não possuem apenas o objetivo de inibir a atividade de grupos armados ilegais, o programa se encontra em um contexto de tentativas de tornar as práticas policiais adequadas ao Estado democrático de direito (RIBEIRO, 2014). Por isso, o comando e o efetivo de uma unidade mudam constantemente a fim de evitar a personalização

¹⁶ No caso dos traficantes, além dos familiares, muitos líderes do grupo se mudaram para a favela vizinha do Batanzinho no outro lado da Avenida Brasil. Já os milicianos, além dos moradores favoráveis ao grupo, nunca teriam realmente cessado as suas atividades no Batan.

do projeto. Em outras palavras, a UPP busca ser percebida como uma política de Estado ao invés de estar atrelada a algum ator público. Porém, a avaliação dos moradores sobre o projeto parece estar condicionada a abertura dos comandantes para escutar as demandas dos moradores.

Assim como os outros atores, alguns policiais pensam em projetos voltados ao bem-estar da localidade, como os policiais ensinarem algumas práticas esportivas na sede da unidade. Um dos comandantes melhores avaliados, o capitão Eliezer, tinha projetos bem sucedidos na área educativa – uma ação bastante mencionada para explicar o sucesso inicial do programa. No momento da minha entrada em campo, em meados de 2014, vários entrevistados relacionavam a pouca abertura de diálogo do então comandante com o aumento de furtos na favela. De fato, a primeira reunião comunitária foi convocada apenas quando a capitã Joyce passou a ser a nova comandante. Um de seus primeiros atos foi participar de um evento comemorativo na associação de moradores, inclusive divulgando o número de seu telefone celular para as pessoas entrarem em contato com ela em caso de problemas. De acordo com Sztompka (1999), quando uma expectativa depositada se confirma, uma rotina de confiança é estabelecida. A tentativa de despersonalização do programa, com mudanças constantes do efetivo, é tida como algo negativo. Simone, moradora que foi presidente da associação de moradores durante o meu tempo em campo, avalia negativamente a mudança constante do efetivo policial:

Já teve policiais que moravam aqui. Mas foram transferidos. Todos os policiais da UPP vêm de fora. Teria que ficar uns três que conhecessem realmente a comunidade a fundo, saber todas as entradas e as saídas, não ficar batendo cabeça. [...] Quando a comunidade tá entrando no eixo, eles trocam o capitão. Quando tá começando a acertar, eles trocam. Aí começa do zero. É isso que atrapalha as “pacificações”. É a troca de comandantes, é a troca de contingente, é isso que atrapalha. [...] Ninguém quer aproveitar [e experiência dos comandos anteriores na gestão atual], todo mundo quer fazer o seu. Aí já entra a vaidade. O comandante traz os policiais dele e leva os dele. (Trecho da entrevista de Simone).

Primeiro, decisões discricionárias são inerentes a prática policial, pois os problemas na vida cotidiana demandam respostas rápidas ou soluções alternativas às prescritas sem poder recorrer a algum tipo de supervisor (BITTNER, 2003). Portanto, é impossível que o projeto das UPPs consiga controlar todas as ações dos policiais nos territórios ocupados, principalmente tendo em vista a longa

lista das suas atribuições na vida social no território. O projeto deve encontrar o meio caminho entre a total discricionabilidade dos atos policiais e as regras definidas por lei. Segundo, a fala da entrevistada corrobora a hipótese de que prevalece a desconfiança entre os vários operadores da justiça criminal ao invés da coordenação das atividades (VARGAS; RODRIGUES, 2011). No caso relatado, dentro da Polícia Militar parecem existir rupturas entre os seus integrantes com a modificação do efetivo leal ao comandante transferido e a não transmissão do conhecimento adquirido durante a experiência. As pessoas percebem que os avanços na relação com a polícia se dissipam com as mudanças impostas pelos gerenciadores do projeto sem levar em conta a sua opinião e nem apresenta qualquer justificativa da transferência a elas. Apenas um policial permanece na unidade desde a sua inauguração. Ele possui grande prestígio com a população local, inclusive é pastor em uma igreja local, mas aparentemente não consegue evitar o desconhecimento do novo efetivo sobre o Batan.

As reuniões comunitárias mensais são o principal meio de prestação de contas. Ela inicia com a justificativa de representantes de órgãos estatais às demandas do encontro anterior. Depois, com a mediação do comandante da unidade, os moradores presentes podem levantar algumas reivindicações. O policial mediador possui o papel de filtrar as questões levantadas de acordo com o que ele considera como causa pública. As críticas consideradas relevantes não apenas devem atentar para o caráter geral de seus efeitos, mas também as chances reais de resolver o problema – um processo que Boltanski (2000) denomina de “des-singularização”. Por exemplo, uma moradora em uma reunião no Fumacê pede uma viatura próxima ao local da sua casa, pois, segundo ela, houve aumento do número de assaltos no caminho percorrido do ponto de ônibus até a sua casa. O policial responsável pela mediação¹⁷ respondeu que a viatura foi transferida para a entrada da favela em razão de demandas levantadas em uma reunião anterior. Como não havia condições econômicas para ter mais uma viatura, o caso não pode ser levado adiante.

Grande parte da polícia parece não conhecer a vida social local. Em uma entrevista, a capitã Joyce, que chefiava a unidade durante boa parte do meu período em campo, me relatou que ficou surpresa com as diferenças internas entre os moradores e as consequências disso para a relação deles com a polícia. Ela apenas sabia a existência da rivalidade entre o Batan e o Fumacê em razão da disputa entre facções traficantes rivais em um momento anterior. A então comandante

¹⁷ O comandante não estava presente no dia.

tentou consolidar um sistema de rodízio nas reuniões comunitárias entre as áreas internas atendidas pela UPP porque moradores de áreas mais distantes, que nem se consideram moradores no Batan, não recorriam à polícia devido à distância à sede da unidade¹⁸ e apontavam problemas diferentes, como o aparecimento de traficantes oriundos da Vila Kennedy¹⁹ no Posto 200 – localidade mais próxima aos bairros vizinhos Padre Miguel e Bangu – algo não percebido em outras partes do Batan.

Além desse problema existente desde o início da ocupação, os entrevistados percebem um esvaziamento das reuniões. Um dos exemplos é o João Paulo e a sua tentativa de comandar um grupo de trabalho (GT), um meio de discussão formado por moradores e outros atores pertencentes ao Estado, para resolver o problema da falta de linhas de transporte no Batan. A única linha de ônibus transita em horários irregulares. Por isso, a única oferta de transporte público legal está presente na Avenida Brasil. De acordo com o entrevistado:

O GT praticamente morreu porque o Instituto Pereira Passos, que coordena a ação da UPP Social²⁰, não conseguia mais trazer representantes da secretaria de transportes para o GT. A única reunião que houve com a Secretaria Municipal de Transporte não foi mediada pela UPP Social. Ela foi intermediada pelo parlamentar do Estado [o deputado Thiago Pampolha]. E ainda assim não redundou em absolutamente nada, inclusive o plano viário que foi feito pela CET Rio, porque o Batan virou um caos tanto para pedestres quanto para motoristas, pois não tem uma linha de ônibus que circule dentro dele. O projeto foi apresentado por um representante, a comunidade apresentou as demandas e nada foi feito. Não adianta mapear se o Estado não vai olhar para isso. Aquilo que vi três, quatro anos atrás não é a mesma coisa. As pessoas se sentem frustradas. Por que eu vou à reunião da UPP se nada vai ser resolvido? As pessoas acham que é perda de tempo. (Trecho da entrevista de João Paulo).

¹⁸ Devido à distância, muitos moradores recorrem ao sistema de transporte alternativo via vans para transitarem entre as áreas mais distantes e o centro do Batan – onde está localizada a sede da UPP.

¹⁹ Na época, a favela passou a integrar o projeto das UPPs. Por isso, vários traficantes fugiram para locais próximos.

²⁰ O programa Rio+Social é uma reformulação da UPP Social, programa para a área social em favelas do município com UPPs, em uma parceria com a ONU Habitat. Ele substituiu a UPP Social Carioca, versão do projeto criada com a passagem do mesmo do Governo do Estado para a Prefeitura, em 2011, a partir de disputas políticas pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, que geria até então o mesmo e seguiu o gerindo no restante do Estado, agora sob a batuta do secretário Rodrigo Neves, que substituiu o engenheiro Ricardo Henriques, criador do programa. A UPP Social Carioca, por sua vez, passou a ser operada pelo IPP, sob direção do mesmo Henriques. Em 2012, Henriques foi substituído no IPP pela economista Eduarda La Rocque, que promoveu a revisão do programa.

O transporte de vans e o de mototáxi oferecem uma possibilidade de transporte interno. Porém, ambos apresentam uma frota pequena e realizam apenas pequenos trajetos. Por exemplo, a linha de vans possui apenas seis carros e realizam apenas o trajeto Largo do Chuveirinho – um dos principais pontos da favela – até Bangu – um bairro vizinho. Ambos os serviços enfrentam problemas em relação à sua legalização. A chegada da UPP possibilita a formalização dos serviços já existentes na favela. No caso do Batan, um dos principais objetivos foi o de substituir a oferta dos serviços oferecidos pelos milicianos. Em especial, a legalização da oferta de TV's por assinatura com a possibilidade de encontrar pacotes promocionais para os moradores²¹. O caso dos transportes não foi bem sucedido, pois poucas concessões foram obtidas a determinados veículos e não para a frota inteira. A relação com a polícia gera conflitos devido às multas aplicadas, em grande parte por estacionamento em lugar proibido. Como o serviço não é legalizado, há risco de multa em todo o trajeto, inclusive no ponto utilizado para o estacionamento dos veículos. Atualmente, os motoristas parecem ter desistido de legalizar o serviço. Há boatos que o transporte alternativo voltou a ser gerenciado pela milícia local.

Outro ponto de discussão é o papel do comandante para a liberação dos eventos realizados na favela. A necessidade de autorização prévia e a ausência de definição explícita dos critérios de avaliação²² torna, na prática, impossível a liberação se o promotor do evento não tiver boas relações com a direção da UPP ou que os agentes policiais não o conheçam. Carlos, um jovem morador, relata que o seu emprego em uma agência de oferta de crédito dentro da sede da UPP possibilitou uma aproximação com o comando da UPP e, conseqüentemente, a liberação das festas promovidas por ele. Ricardo, outro jovem morador, aponta para a alta possibilidade de não obter a autorização para a realização do evento dentro do período estabelecido por lei, pois os policiais responsáveis pelo atendimento dificultam o acesso ao comandante. Grande parte das exigências legais não é cumprida ou são relativizadas, algo esperado se for considerado o alto custo para obedecê-las²³. Portanto, o comandante usa a possibilidade discricionária

²¹ De acordo com a CPI das Milícias (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO, 2008), o Batan tinha um comércio lucrativo de vendas ilegais dos sinais de TV por assinatura – prática conhecida popularmente como “gato-net”.

²² Como no decreto nº 44.617/14 (RIO DE JANEIRO, 2014), sobre as definições para a realização de eventos no Estado do Rio de Janeiro, que dispõe apenas sobre os prazos do processo e a autorização prévia.

²³ Um dos exemplos, é a exigência da supervisão de um engenheiro para a montagem de palcos. Algo bastante difícil se considerar que muitas manifestações são de pequeno porte e com escassos auxílios financeiros.

para definir o evento que será aceito ou não. As manifestações culturais envolvendo o funk praticamente não existem no Batan, apesar da minha observação de ser um gênero musical bastante escutado pelos jovens no local – algo bastante recorrente em favelas que integram o projeto das UPPs (FACINA, 2014).

Conclusão: da ausência para a ineficiência das instituições governamentais

O Batan é considerado um dos casos de sucesso do projeto das UPPs. Até o momento da escrita deste artigo, não houve a eclosão de grandes conflitos ou repúdios à ocupação policial permanente. Porém, a minha pesquisa mostra o enfraquecimento das suas propostas. A milícia e o tráfico local passaram a agir de forma mais ostensiva. Os programas se tornaram ineficientes. Em parte, porque os objetivos sociais sempre estiveram em segundo plano em relação aos fins militares (HENRIQUES; RAMOS, 2011; FLEURY, 2012; CARVALHO, 2013; LEITE, 2014), sobretudo o excesso de poder do comandante sobre a vida cotidiana dos moradores do espaço ocupado, com o combate contra as formas de vida consideradas perigosas (HEILBORN; FAYA; SOUZA, 2014) e a economia informal existente antes da chegada da UPP (CUNHA; MELLO, 2012; OST; FLEURY, 2013). Por outra, a UPP não conseguiu corresponder às expectativas dos moradores, em especial aqueles envolvidos no ativismo local. Os benefícios que chegaram com o programa parecem perder a sua efetividade ao longo do tempo, por isso a espera incessante por resoluções dos problemas possui uma importância para a configuração da nova forma de sociabilidade nas favelas ocupadas (CAVALCANTI, 2013). Bruno conta que voltou a morar no Batan com a chegada da UPP após o seu desânimo com as perseguições impostas pelos milicianos no período anterior. Ele conseguiu a vaga de colaborador no programa UPP Social. A sua função era mediar as relações da equipe dos pesquisadores do programa com os moradores, além de poder influenciar as pesquisas por meio da sua experiência como morador do Batan. O entrevistado considera um fracasso a tentativa de prestação de contas de acordo com as demandas levantadas:

Quando você trabalha em um programa, você não desenvolve parcerias sozinho, você segue um cronograma de ações. Eram os objetivos e parcerias que chegavam no Instituto Pereira Passos, com algumas secretarias e iniciativa privada, parcerias público-privadas. [...] A gente levava para as secretarias aquilo [as demandas] que enxergávamos como potenciais [de serem resolvidas].

O levantamento de demandas era um dos escopos de atuação do programa. A gente atuava na identificação das demandas para as secretarias municipais. Só que a máquina é engessada. A gente até acreditou no início que isso era possível, realizar e priorizar essas demandas. Isso não aconteceu. Os caras já tinham uma maneira de trabalhar e chega um programa que quer acelerar essas demandas, sendo que no Rio de Janeiro tem milhares de demandas que não foram resolvidas. (Trecho da entrevista de Bruno).

Antes, os moradores percebiam o Estado como uma entidade ausente. Pois, na visão deles, o poder público não se interessaria pela melhoria da favela exceto nas relações de trocas de votos no período eleitoral. A chegada da UPP resultou na percepção da ineficiência do Estado em resolver os problemas locais²⁴. Tendo em vista o conceito de Thévenot (1986) de investimento de forma, a capacidade dos atores em mobilizar elementos heterogêneos em torno de categorias gerais, proponho a emergência de investimentos particulares. A perspectiva de futuro dos atores se concentram em melhorias em um grupo restrito de pessoas por não perceberem possibilidades de ganhos a uma população mais ampla. Marcos, um dos moradores pioneiros da ocupação do Morrinho no início dos anos 1990, explica a sua desilusão na sua participação como líder local:

Todo mundo quer [morar no Morrinho]. Muita gente foi entrando. Aí vem gente de tudo que é tipo. Vem estuprador, vem gente de tudo que é tipo para formar um bairro novo. [...] Agora, penso mais em mim. É uma luta muito complicada. Agora eu tenho um filho e ele está crescendo no meio disso. Ele tem um irmão [filho da sua ex-mulher] que é envolvido. Olha o exemplo para o meu filho. [...] Nunca tive esperança [de que a UPP trouxesse melhorias], pois quem não mora na comunidade não se preocupa com ela. Agora com essa dificuldade do estado [a crise financeira estadual]. Como eles vão ajudar, se precisam de ajuda? O estado está falido. (Trecho da entrevista de Marcos).

A dificuldade em pensar em conjunto reproduz de forma dramática a dicotomia pensada por Zaluar (1985) entre trabalhadores e bandidos para entender

²⁴ Acho importante ressaltar que a percepção dos moradores sobre a ausência não significa que o Estado não estivesse presente no Batan. Estudos anteriores criticam a perspectiva da favela como um território a parte do resto da cidade (MACHADO DA SILVA, 1967; LEEDS; LEEDS, 1977; PERLMAN, 1977). A intensificação de mecanismos de prestação de contas, a presença da polícia fora de momentos de conflito e inclusão do Batan em um dos principais programas do Estado do Rio de Janeiro podem ter contribuído para a noção de que o Estado passou a estar presente de forma permanente após a UPP.

a heterogeneidade presente nas favelas. Em várias propostas dos moradores em melhorar o Batan naturalizam a exclusão daqueles considerados bandidos. Os antigos líderes comunitários passam a elaborar propostas voltadas a uma parte da favela. Porém, a fronteira entre as duas categorias é bastante maleável. Os moradores parecem não pensar o bandido atrelado a uma qualidade inerte. Boa parte de seus habitantes transitam pelas duas categorias e a percepção de uma pessoa como trabalhador passa a incorporar mecanismos, por exemplo, o da conversão religiosa²⁵. Tendo isso em vista, aqueles classificados como bandidos ou previstos a se tornar um devem aceitar as opções de recuperação. Por exemplo, Marcos critica a falta de interesse dos jovens do Morrinho em participar do curso de jardinagem proposto por ele, o único disponível para as pessoas da região. Ou seja, mesmo não tendo interesse pelo curso, eles precisam participar para demonstrar que desejam se transformar em trabalhadores. A falha dos elementos cívicos, nos termos propostos por Boltanski e Thévenot (1991), em propor um futuro em comum a todos pode acirrar as distâncias internas em um conflito previsto pelos moradores para ocorrer em um momento próximo.

THE FAVELA OF BATAN AND THE UPPS' PROJECT: THE EVALUATION OF THE RESIDENTS ABOUT THEIR EXPERIENCE WITH PERMANENT POLICE OCCUPATION

ABSTRACT: *The favela of Batan, located in west zone of Rio de Janeiro's city, was one of first territories to receive Pacifying Police Units (UPPs) – a project that aims the permanent police occupation in areas considered dangerous in the city and it offers a counterpart new public goods and services to people from occupied areas. This article result from an ethnographic research began in 2014 and ended in 2016. I propose to analyze the residents' evaluation about the impacts of this public policy in their everyday life and their effects in their perception about the future of this site. The data shows the disappointment of residents not only in relation to project but due to incapacity of State to resolves their problems. The residents started to believe in inability of social projects in transform those who are considered "irrecoverable".*

KEYWORDS: *Favela. Rio de Janeiro. Communitary police. Urban Violence.*

²⁵ Um ato específico não é suficiente para alguém ser categorizado como um bandido, mas a sua associação a uma subjetividade específica. Portanto, o processo envolve tanto uma categorização coletiva sobre a subjetividade de um determinado sujeito quanto o próprio indivíduo que entra na vida no crime a internaliza. Os processos de conversão religiosa promovidos por entidades cristãs neopentecostais oferecem um meio efetivo para uma nova interpretação a respeito da subjetividade de alguém antes identificado como bandido (TEIXEIRA, 2012).

REFERÊNCIAS

AGAR, M. H. Recasting the “ethno” in “ethnoepidemiology”. **Medical Anthropology**, Philadelphia, v.16, n.4, p.391–403, 1996.

AMADO, G. Tenente do Bope atua como ‘xerife’ no Batan e é alvo de críticas de moradores. **Extra**, Casos de Polícia, 25 abr. 2011. Disponível em: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/tenente-do-bope-atua-como-xerife-no-batan-e-alvo-de-criticas-de-moradores-1661152.html>>. Acesso em: 04 maio 2017.

ARAÚJO, A.; ERNESTO, L. Dono de bar é assassinado no Batan: crime ocorreu dentro do estabelecimento: Francisco Carlos Vieira de Souza teria relatado ameaças um dia antes da morte. **O Dia**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-04-29/dono-de-bar-e-assassinado-no-batan.html>>. Acesso em: 04 maio 2017.

ARAUJO SILVA, M. C.; CARVALHO, M. B. Circuitos políticos em uma favela pacificada: os desafios da mediação. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.63-76, 2015.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Alerj, 2008.

BERTAUX, D. **Les récits de vie**. Paris: Nathan, 1997.

BIRMAN, P. Favela é comunidade? In: MACHADO DA SILVA, L. A. (Org.). **Vidas sob o cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008. p.99-114.

BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: EDUSP, 2003.

BOLTANSKI, L. **El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción**. Buenos Aires: Amorrortu, 2000.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.

BURGOS, M. B. et al. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas: desigualdade & diversidade: **Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n.11, p.49-97, 2012.

CANO, I.; BORGES, D.; RIBEIRO, E. (Org.). **Os donos do morro**: uma avaliação exploratória do impacto das unidades de polícia pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: LAV/ UERJ, 2012.

CANO, I.; DUARTE, T. L. **No sapatinho**: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2012.

CARVALHO, M. B. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v.16, n.29, p.285-308, 2013.

CAVALCANTI, M. À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da PACificação. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v.6, p.191-228, 2013.

CAVALCANTI, M. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.35-59, 2008.

CUNHA, N. V.; MELLO, M. A. da S. A UPP e o processo de urbanização na favela Santa Marta. In: MELLO, M. A. da S. et al. **Favelas cariocas**: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.433-474.

DEWEY, J. **Logic**: the theory of inquiry. Nova York: Henry Holt, 1938.

FACINA, A. **Acari cultural**: mapeamento da produção cultural em uma favela da Zona Norte do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

FELTRAN, G. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v.27, n.72, p.495-512, 2014.

FLEURY, S. Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. **Sociologias**, Porto Alegre, v.30, p.194-222, 2012.

GARFINKEL, H. **Studies in Ethnomethodology**. Nova Jersey: Prentice Hall, 1967.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. Chicago: Aldine, 1967.

GREIMAS, A. J. **Sémantique structurale**: recherche et méthode. Paris: Larousse, 1966.

GUEST, G.; MACQUEEN, K.; NAMEY, E. **Applied thematic analysis**. Thousand Oaks: Sage, 2012.

HEILBORN, M. L.; FAYA, A.; SOUZA, J. F. Juventude e sociabilidade em um “território pacificado” no Rio de Janeiro. **Aceno**, Goiânia, v.1, n.1, p.102-122, 2014.

HENRIQUES, R.; RAMOS, S. **UPPs Social: ações sociais para a consolidação da pacificação**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, UFRJ, 2011.

HIRATA, D. V. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida**. 2010. 367f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

HOLLAN, D. W.; THROOP, C. J. **The anthropology of empathy: experiencing the lives of others in pacific societies**. Nova Iorque: Berghahn Books, 2011.

LEEDS, A.; LEEDS, E. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

LEITE, M. P. Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v.7, n.4, p.625-642, 2014.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.19, n.1, p.53-84, 2004.

MACHADO DA SILVA, L. A. A política na favela. **Cadernos de Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v.9, n.41, p.35-47, 1967.

MÉNARD, R. Equipe de O Dia sequestrada e torturada. **Observatório da Imprensa**, n.488, 03 jun. 2008. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/equipe_de_o_dia_sequestrada_e_torturada/>. Acesso em: 04 maio 2017.

MENEZES, P. V. **Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”**: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MESQUITA, W. A. B. Quando o trabalho é desordem: as demandas dos vendedores ambulantes com a chegada da UPP ao Complexo do Alemão. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v.7, n.4, p.685-702, 2014.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. 413f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, J. P. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.125-161, 2014.

OST, S.; FLEURY, S. O mercado sobe o morro: a cidadania desce? efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta. **Dados**, Rio de Janeiro, v.56, p.635-671, 2013.

PERLMAN, J. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. São Paulo: Paz e terra, 1977.

RIBEIRO, L. O nascimento da polícia moderna: uma análise dos programas de policiamento comunitário implementados na cidade do Rio de Janeiro (1983-2012). **Análise Social**, Lisboa, n.211, p.272-309, 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n. 44.617, de 19 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre a concessão de autorização para a realização de eventos culturais, sociais, desportivos, religiosos e quaisquer outros que promovam concentrações de pessoas, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 21 fev. 2014. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=265883>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SCHÜTZ, A. The problem of rationality in the social world. **Economica**, Londres, v.10, n.38, p.130-149, 1943.

SHIBUTANI, T. **Improvised news**: a sociological study of Rumor. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1966.

SZTOMPKA, P. **Trust**: a sociological theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

TEIXEIRA, C. P. 'Frios', 'pobres' e 'indecentes': esboço de interpretação de alguns discursos sobre o criminoso. In: MISSE, M.; WERNECK, A. (Org.). **Conflitos de (grande) interesse**: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.179-204.

TELLES, V. S. Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, n.5-6, p.97-126, 2009.

THÉVENOT, L. Les investissements de forme. In: THEVENOT, L. (Org.). **Conventions économiques**. Paris: PUF, 1986. p.21-71.

VALLADARES, L. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VARGAS, J. D.; RODRIGUES, J. N. L. Controle e cerimônia: o inquérito policial em um sistema de justiça criminal frouxamente ajustado. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.26, n.1, p.77-96, jan.-abr. 2011.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.21, n.2, p.89-101, 2007.

Recebido em 27 de maio de 2017

Aprovado em 24 de jul. de 2017

